



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1981 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

AGENDA DA POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: O PROGRAMA RIO CRIANÇA GLOBAL

Aline Miranda Fonseca - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este artigo apresenta a agenda política que influenciou a criação do Programa Rio Criança Global- PRCG, uma política de ampliação do ensino de língua estrangeira na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, sendo o recorte as escolas bilíngues português-inglês (EB) que integram o PRCG. A abordagem metodológica materializou-se a partir da análise documental e entrevistas concedidas por diferentes profissionais que atuam na política. Partimos do pressuposto que a ampliação da oferta do inglês pode ser considerada propulsora de novas demandas para a gestão da escola, os trabalhadores docentes e demais profissionais da educação com base no discurso de equidade de oportunidades educacionais. O PRCG é uma política que se insere em um cenário de uma educação marcada pelo gerencialismo e performatividade posto em cena no momento em que a cidade se encontrava no ápice da atenção internacional. As EB se constituem em uma oportunidade educacional para poucos que revela uma constante contraposição do que se entende por escola pública democrática e de qualidade.

Palavras-chave: Programa Rio Criança Global; Escola Bilíngue; Parceria Público-Privada.

AGENDA DA POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: O PROGRAMA RIO CRIANÇA GLOBAL

Este trabalho investiga as implicações e desdobramentos na gestão das unidades escolares transformadas em escolas bilíngues (EB) a partir da parceria entre uma empresa privada (*Learning Factory* -LF) e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). Buscamos, no presente texto, focar a agenda de uma política educacional recente colocada em cena na rede de educação carioca, o Programa Rio Criança Global (PRCG) a partir da análise documental utilizando e fragmentos de entrevistas concedidas por profissionais da gestão dessas EB: professores articuladores (PA) e diretores.

O presente texto apresenta a agenda política que influenciou a criação do PRCG, uma política de ampliação do ensino de língua estrangeira (LE) na rede municipal do Rio de Janeiro sendo o recorte as EB que integram o PRCG, nosso foco.

O PRCG foi instituído pelo Decreto Municipal n. 31.187/09 de 6/10/2009 e tem como objetivo explicitado no artigo 1º “ampliar, para todos os anos do ensino fundamental (EF), o ensino da língua inglesa nas escolas municipais de ensino com enfoque na conversação”. Conforme o documento, o plano de ação prevê a integralização de oferta da língua inglesa em todo o EF carioca até 2016.

A atuação da empresa LF no PRCG teve início em 2009 durante a gestão do prefeito Eduardo Paes e é descrita como uma parceria pelos gestores e profissionais da educação envolvidos em sua atuação nas escolas. Está configurada no modelo de uma parceria público-privada (PPP) ainda que não seja assim denominada pela SME-RJ. A LF fornece livros didáticos de inglês para a Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ) além de capacitações e treinamentos aos professores de inglês da rede, presta consultoria para as escolas experimentais da rede municipal do Rio de Janeiro e acompanha e orienta a preparação de escolas selecionadas para aplicação do exame *Cambridge YLE Starters*, uma certificação internacionalmente reconhecida e indicada para crianças de até 13 anos de idade incompletos à data de sua realização.

Foi durante a gestão Paes que o sistema educacional da cidade foi reconfigurado e introduziu-se um modelo de alcance

de metas, controle de desempenho e premiações. Esse modelo buscou enfatizar o discurso de ineficiência da forma vigente de gerir o Estado, seguindo as recomendações dos organismos multilaterais e, conseqüentemente, do gerencialismo.

O gerencialismo representa a inserção, no setor público, de uma nova forma de poder, ele é um "instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva" (BERNSTEIN, 1996, p.75). O principal marco para a entrada do gerencialismo no Brasil foi a Reforma Gerencial promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), através da implementação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) e do Plano Diretor da Reforma do Estado, na gestão do então Ministro Bresser-Pereira. No setor público brasileiro, a ordem é seguir os ditames dos organismos multilaterais internacionais, migrando de uma estrutura mais burocratizada para a gerencial, pautada pela visão de que os usuários de serviços públicos são clientes da mesma maneira que são clientes de serviços fornecidos por empresas privadas e cujo foco estaria menos em procedimentos e mais em resultados. Por estar inserido na máquina estatal, o gerencialismo está presente nos diversos ramos de atuação estatal, como saúde, educação, segurança, entre outros.

A agenda da política da gestão Paes esteve amparada pelo documento denominado Plano Estratégico 2009-2012 (Pós 2016 – Um Rio mais Integrado e Competitivo), segundo o qual, para haver uma melhor definição das necessidades e metas para o futuro da cidade, o primeiro passo seria diagnosticar as características da carioca e do Rio de Janeiro a fim de transformá-la em "uma cidade mais competitiva, sustentada por quatro pilares de aspirações: sociais, econômicas, ambientais e políticas" (PLANO ESTRATÉGICO DA PCRJ 2009-2012, p.11). Dentre os pilares, destacam-se as metas para a questão social, na qual a educação se insere. Nesse contexto, é instituído o PRCG, uma política pública de educação que difunde a prática do ensino de LE em escolas públicas da SME-RJ em todo EF.

O Plano Estratégico 2013-2016 manteve os pilares estabelecidos no Plano anterior. O documento afirma que: "De lá para cá o Rio mudou e acumulou muitas conquistas: a consagração da cidade como palco de grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016". (PLANO ESTRATÉGICO DA PCRJ 2013-2016, p.9).

Nesse contexto, a materialização do PRCG na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva de PPP em um cenário de uma educação gerencialista fica claro ao se verificar que, internacionalmente, elas se configuram como uma forma de se oferecer opções para além da educação tradicional ofertada pelo Estado. As parcerias com empresas privadas no ramo educacional, segundo o Banco Mundial, se justificariam por oferecerem a experiência e inovações tecnológicas além de oferecer redução de custos.

Peroni (2009) afirma que: "este processo tem implicações nas políticas educacionais, e mais especificamente, na PPP, que acaba por redefinir o conteúdo das políticas públicas de educação. É a lógica privada mercantil no sistema público, tanto influenciando a gestão, quanto o currículo das escolas (p.1-2)".

Devido aos megaeventos, a cidade alavancou as quantidades de PPP nos mais diversos ramos, dando enfoque, inclusive, em parcerias no campo educacional que mostrassem que o Rio de Janeiro vem tentando cumprir as metas dos órgãos multilaterais para competitividade, equidade de oportunidades e resiliência em um mundo globalizado. É nesse contexto dos megaeventos esportivos, em especial os Jogos Olímpicos, último evento de uma sucessão de acontecimentos ligados ao esporte, que se insere a parceria entre a SME-RJ e a LF, seguindo a lógica das PPP e, conseqüentemente, o raciocínio do empresariado. É importante frisar que essa parceria não recebe o nome de PPP formalmente, no entanto, sua estrutura converge com os prerrequisitos para a implementação, conforme disposto na Lei 11.079/04: parceria com duração de mais de 5 anos entre o governo e uma empresa privada (que poder ter um ou vários sócios) normalmente utilizados para a construção, financiamento, operação e manutenção de infraestrutura e cujo valor do contrato não seja inferior a R\$20 milhões (BRASIL, 2004). Em entrevista realizada em dezembro de 2017 com a gestora do PRCG, procurou-se por informações que ajudassem na compreensão da agenda da política no município. Conforme a respondente, houve compra de material didático e uma oferta por parte da LF para auxiliar no desenvolvimento do PRCG.

Quando questionada sobre o serviço que eles prestam de consultoria, capacitação e formação docente ser um serviço à parte ou gratuito a respondente afirmou que:

É decorrência dessa parceria. O que é obrigação de fazer (...) está tratado no contrato de compra e venda, que não é nem um contrato...no processo de compra e venda. (...) Fora isso a gente tem todo esse suporte que eles dão. (...) Eu não vou dizer que é gratuitamente porque não é, né. Lógico que, embutido (...) porque toda editora, quando ela vende um material, pressupõe que ela vai fazer um treinamento para o uso do seu material. (...) Só que, por exemplo, (...) essa editora pertence à Cultura Inglesa (...) ela hoje nos dá bolsa de estudos para todos os professores das nove EB. E isso não está embutido no preço do material que a gente comprou, isso não é formação de professores.

Os recursos destinados ao PRCG descritos no Planejamento Estratégico da Prefeitura para o quadriênio 2012-2016 somavam R\$213,5 milhões e no Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, R\$ 54.219.479,00 cuja destinação nos documentos não foi discriminada. Além disso, a compra de material didático desde o início do PRCG tem sido efetuada da mesma empresa, LF, coincidindo, portanto, com o formato de uma PPP.

No contexto da materialização do PRCG, algumas escolas municipais foram transformadas em EB, cuja grade curricular é diferenciada, pois oferece o ensino de LE (inglês ou espanhol, dependendo da escola), diariamente.

Na conjuntura do PRCG damos destaque às EB, unidades experimentais da Rede Pública Municipal de Ensino que atendem da pré-escola (EI) ao 6º ano do EF, com Ensino Bilíngüe em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, como segunda língua, ou em Língua Portuguesa e Língua Espanhola, como segunda língua com jornada diária de sete horas.

Apesar de o cenário nacional atual do ensino do inglês prever a extensão e intensificação da sua oferta a partir do segundo segmento do EF (BRASIL, 2017), escolas municipais da cidade extrapolam as demandas legais para essa etapa de escolaridade, sendo ministrado a partir do 1º ano do EF nas escolas regulares da rede e a partir da EI em algumas unidades escolares, experimentais ou regulares. Tal cenário, além de expandir as exigências previstas na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), explicita o sentido contraditório que essa ampliação do ensino do inglês como LE vem constituindo enquanto política pública: ao mesmo tempo em que é uma forma de dominação cultural e ideológica também é relevante que a classe trabalhadora aprenda e a domine como forma de emancipação.

O ensino do inglês, de acordo com Rajagopalan (2002, p. 115), "há muito tempo deixou de ser mais uma língua para se transformar em uma *commodity*, supervalorizada mundo afora". Se, internacionalmente, o cenário era de valorização do inglês como idioma de comunicação nos organismos internacionais, sua valorização não seria diferente no Brasil, dado ao projeto de implementação nacional das políticas internacionais para educação que podem ser traduzidas em Leis e Decretos publicados no Brasil que vêm refletindo na conjuntura política nacional e regional mais recente, tais como a já mencionada Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017a) e a Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017b) que determina a oferta de língua inglesa obrigatória a partir do 6º ano do EF.

À época da inauguração do PRCG, a afirmação da secretária de Educação, Claudia Costin, no primeiro ano de implementação do Programa, deixou clara a agenda política e o uso do discurso das oportunidades educacionais a fim de justificar o PRCG como uma forma de igualar as oportunidades das crianças de uma escola pública com as de uma escola particular.

A agenda da política do PRCG atua no âmbito das modificações estruturais da SME-RJ fazendo uso do discurso da expansão do ensino de LE para promover igualdade de oportunidades e também sofre influência da agenda internacional que prevê o ensino de língua inglesa como um dos pilares para que a cidade do Rio de Janeiro possa se inserir no cenário econômico globalizado. Nesse sentido, ampliar o ensino de LE para além das demandas legais nacionais adequaria parte das políticas educacionais nacionais e locais às demandas de entidades internacionais.

Até dezembro de 2017, existiam nove EB de Língua Inglesa e uma de Língua Espanhola atendendo cerca de 4.500 alunos do EI ao 6º ano. A escolha da localização de cada EB obedece à divisão das unidades escolares por Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). As 11 CRE pertencentes à SME são as responsáveis em promover a intermediação entre a SME e as escolas e por organizar e planejar o trabalho das unidades escolares de sua área de abrangência. A fim de que as EB não fossem transformadas em objeto de desejo da classe média carioca elas se localizam em regiões onde os alunos sejam legítima e majoritariamente os mesmos que sempre buscaram a educação pública, cenário este referendado pela gerente do PRCG: "Tinha que ser uma escola que ficasse numa área que atendesse especificamente ao público majoritário da educação pública e que não houvesse a possibilidade da gente estar permitindo uma apropriação pela classe média, por estudantes da escola privada que viessem se matricular só por ser bilíngue".

As escolas transformadas em não realizaram uma pesquisa com a comunidade escolar a fim de debater acerca da demanda por uma EB; a modificação ocorreu de um ano para o outro sem dialogar com os principais interessados: os destinatários da política - alunos e responsáveis. A tomada de decisão foi feita baseada no que Ball e Gewirtz denominam: "Mudança do discurso do "bem-estar social" para o "novo gerencialismo", que envolve uma mudança de perspectiva das "necessidades dos alunos" em direção a uma perspectiva das "necessidades institucionais", inserida em uma lógica paradoxal de disciplina de mercado, a qual sugere que os "interesses próprios" deste último – o mercado – levarão aos benefícios pessoais dos primeiros – os alunos". (2011, p. 196)

Assim, ampliar o ensino de LE para além das demandas legais nacionais adequaria parte das políticas educacionais nacionais e locais às demandas de entidades internacionais, promovendo pela SME-RJ a interpretação de uma política internacional para âmbito local.

Acerca das escolas que integram o PRCG, a parceria SME/LF causou não somente alterações profundas no quadro de professores de LE, devido à ampliação da carga horária da disciplina, mas também teve implicações na gestão escolar, sobretudo em EB, uma vez que, além de realizarem as mesmas avaliações da rede municipal que os demais alunos das escolas regulares, há a inclusão dos exames de *Cambridge*. Este exame é aplicado ao 5º ou 6º ano das unidades escolares selecionadas (todas as EB de Língua Inglesa e algumas escolas regulares selecionadas) e seria uma forma de avaliar o nível de proficiência em inglês dos alunos nesses anos de escolaridade. A avaliação de desempenho e consequente mensuração de seu sucesso no aprendizado do idioma justificariam os investimentos na área de educação bilíngue por meio de parceria com a sociedade civil.

Nas EB, a busca por *performance* de excelência se evidencia na busca pelo bom resultado no exame de *Cambridge* e na publicação dos resultados em reuniões restritas à gestão. Nelas, tomam conhecimento da situação das EB considerando o resultado nessa certificação internacional, ainda que alguns gestores afirmem não haver uma relação de competitividade explícita entre as EB: "(...) É um investimento muito grande, se você não tem esse resultado dá a entender que o projeto não está funcionando. Então, assim, ser diretor de uma EB tem esse peso dessa cobrança". (Diretora C.); "Eles fazem um mapeamento. Então quando fazem o mapeamento está falando de todas as escolas, porque há uma planilha com o desempenho de todas elas. (...) Não e competir quem é a melhor. Pode ser que as escolas em si...elas queiram estar bem...Eu também quero que a minha escola esteja lá em primeiro lugar (...)" (Diretora D.)

Conclui-se que a transformação de escolas em EB se mostra carregada de dúvidas e pautado em uma decisão política, tomada fora do ambiente escolar, desconsiderando a voz da comunidade se seria de seu interesse que ali houvesse uma

EB. Como destacado por Lima (2018), a escola democrática não existe a não ser como processo, exigindo estruturas e pré-requisitos democráticos. Simultaneamente, não pode deixar de contribuir para a sua reinvenção e o seu aprofundamento através de uma continuada ação educativa democrática que, por sua vez, demanda práticas democráticas e participativas nos processos de tomada das decisões, única forma de aprender a democracia. Ademais, a busca por novas formas de avaliação do sucesso educacional dos alunos também não se pauta em uma decisão tomada junto à comunidade escolar, sendo, portanto, mais uma decisão política de uma gestão educacional baseada no gerencialismo e que promove o discurso de igualdade de oportunidades por meio de políticas de viés democrático questionável como vem se materializando por meio da criação das EB.

Referências

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNSTEIN, Basil. **Pedagogy symbolic control and identity**. London: Taylor and Francis, 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei n. 9.394/96. BRASIL, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular. Relatório final sobre o processo de elaboração das versões 1 e 2. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação**. BRASIL, 2017a. Disponível em http://cnebncc.mec.gov.br/docs/BNCC_Estudo_Comparativo.pdf. Acesso em 10 de julho de 2017.

_____. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. BRASIL, 2017b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 8 de agosto de 2017.

LIMA, Licínio C. **Entrevista concedida à Daniela Patti do Amaral**. No prelo, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. As parcerias público-Privadas na educação e as implicações para a gestão democrática. XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Vitória, ES: 2009. Disponível em:

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/353.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012 Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=126667>>. Acesso: ago. 2017.

RAJAGOPALAN, K. National languages as flags of allegiance; or the linguistics that failed us: A close look at the emergent linguistic chauvinism in Brazil. *Journal of Language and Politics*, Amsterdam, v. 1, n. 1, p. 115-147, 2002